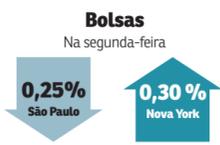




7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 18 de abril de 2023



Dólar
Na segunda-feira

R\$ 4,937
(+ 0,43%)

Últimos	Últimos
11/abril	5,007
12/abril	4,941
13/abril	4,926
17/abril	4,915

Salário mínimo

R\$ 1.302

Euro
Comercial, venda
na segunda-feira

R\$ 5.398

CDI
Ao ano

13,65%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)

13,64%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84

CONJUNTURA

Sem arcabouço, só há recurso para o básico

Se regra fiscal não passar no Congresso, governo terá R\$ 24,4 bi no Orçamento, que serão gastos no custeio da máquina pública

» RAFAELA GONÇALVES

Sem a aprovação do novo arcabouço fiscal, as despesas do governo com políticas sociais — como os programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida — podem ficar comprometidas no próximo ano. Se a regra fiscal não avançar, haverá espaço de somente R\$ 24,4 bilhões para o custeio da máquina pública — que inclui despesas administrativas, como contas de luz e água. Os números constam no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024, enviado ao Congresso na última sexta-feira.

A proposta considera a regra vigente do teto de gastos — mecanismo para limitar o crescimento das despesas públicas à inflação — e depende da aprovação da nova regra fiscal. Apesar da limitação, o PLDO conta com “despesas condicionadas”, que preveem a aprovação do arcabouço, o que ampliaria o limite para R\$ 172 bilhões destinados aos recursos que ficam à disposição do governo para serem aplicados livremente.

“Esses R\$ 24 bilhões são apenas para custeio da máquina, para que a máquina não pare. Diante disso, a gente praticamente tem zero de espaço para despesas discricionárias”, afirmou, ontem, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, ao apresentar o PLDO. Sem o arcabouço, a chefe da pasta enfatizou que o governo não terá condições de contemplar as despesas previstas no orçamento. “Precisamos de uma

nova regra para ter espaço fiscal para cumprir as determinações da constituição e despesas obrigatórias”, destacou.

Na apresentação, ela enumerou uma série de políticas públicas do governo que estariam ameaçadas — como a Farmácia Popular, o Auxílio Gás, as bolsas do Capes, o funcionamento e a manutenção de instituições federais de ensino superior, o Mais Médicos, entre outros.

“A autorização orçamentária para novos gastos, para o excesso de gastos orçamentários, dependerá da aprovação do novo arcabouço fiscal. São despesas condicionadas à aprovação. Se não for, não temos condições de cumprir as despesas que vamos apresentar. Se for aprovado, já estão cobertas”, explicou.

Teto “inexequível”

Tebet definiu o atual teto de gastos como “inexequível”. “Temos um teto de gastos que, se continuasse, não permitiria o uso de recursos para despesas como Bolsa Família e farmácia popular. A LDO traz realismo orçamentário e transparência”, afirmou. Segundo ela, o projeto orçamentário para o próximo ano é “atípico”, por ser apresentado em meio à transição da regra fiscal.

“Todos os programas sociais ficariam comprometidos. Esse é o grande motivo que nos anima a entender que o Congresso terá sensibilidade. O arcabouço seria a saída para cumprir aquilo que prometemos: responsabilidade social sem descuidar do fiscal”, afirmou.

Edu Andrade/Ascom/MPO



Esses R\$ 24 bilhões são apenas para custeio da máquina, para que a máquina não pare. Diante disso, a gente praticamente tem zero de espaço para despesas discricionárias”

Ministra Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento

A proposta da nova regra fiscal deve ser enviada ao Congresso hoje — quando o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estará de volta à Brasília, pois passou o dia em São Paulo cuidando de questões de saúde. Apesar de o orçamento estar condicionado ao arcabouço, Tebet ponderou

que isso não serve como argumento para pressionar o Legislativo. Segundo a ministra, não há problema se o PLDO for aprovado antes do novo arcabouço.

“De forma alguma estamos colocando algum tipo de responsabilidade sobre o Congresso Nacional. Nada impede de aprovar

a LDO antes e o arcabouço depois. O problema é a LOA (Lei Orçamentária Anual), que é só em dezembro”, observou. Ela disse estar confiante sobre a aprovação do arcabouço e citou uma recente entrevista de Lira, que disse que o texto será aprovado rapidamente pela Câmara.

Aumento real do mínimo

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, garantiu, ontem, que o salário mínimo deve ter aumento real, acima da inflação, para 2024. Mas, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, apresentado na última sexta-feira, para se chegar ao valor de R\$ 1.389 há a incidência apenas da projeção de 5,16% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deste ano.

Só que o texto do PLDO faz a observação de que ao piso salarial podem ser incorporados outros fatores que façam com que tenha aumento real no próximo ano. “Não há a menor chance de o presidente não dar aumento real do salário mínimo em 2024. Tire-se de qualquer lugar, mas o presidente não vai descumprir a promessa de campanha. O aumento será real. No primeiro momento, trabalhamos com piso. O incremento vai depender da aprovação do arcabouço fiscal e do incremento da receita”, afirmou. O governo tem discutido a nova política de valorização real do salário mínimo desde o início do ano.

A peça orçamentária também estabelece como meta zerar o déficit público em 2024 e projeto superavit primário de 0,5% (R\$ 61,6 bilhões) e de 1% (R\$ 130,8 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025 e 2026, respectivamente. Pela regra, há uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo. (RG)



RAUL VELLOSO

UM EXEMPLO RELEVANTE DE QUEM ESTÁ FAZENDO O DEVER DE CASA É O DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, CUJO EQUACIONAMENTO PREVIDENCIÁRIO É UM DOS MAIS AVANÇADOS DO PAÍS. SÓ ASSIM SERÁ POSSÍVEL ABRIR ESPAÇO NOS ORÇAMENTOS PARA PROMOVER A RECUPERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

A hora e a vez de Ricardo Nunes

Os investimentos públicos totais em infraestrutura caíram de 5,4% do PIB no final dos 1980 para 0,6% do PIB em 2022 — ou seja, nove vezes, com óbvio e forte efeito depressivo sobre o PIB. A causa básica está na disparada dos déficits previdenciários, algo pouquíssimo percebido. Tendo comentado o forte legado de Wellington Dias, com o seu Piauí, nessa área, cabe agora destacar a herança do trabalho que, iniciado por Bruno Covas, se segue com seu sucessor, Ricardo Nunes, atual prefeito de São Paulo, em contraste, por exemplo, com a do próprio Estado de São Paulo. A pergunta básica a fazer é: em quantos anos os investimentos tenderiam a ser zerados em cada caso por conta especialmente do desastre previdenciário?

Voltando ao Piauí. Sem ajuste previdenciário, os investimentos já teriam zerado ali em 2022. Graças ao que vem sendo feito, a média anual de 2022 até meados

dos anos 2030 é de investimentos previsíveis, ao redor de R\$ 1,3 bilhão por ano. Já no estado de São Paulo, visto de 2019, o pico de R\$ 30 bilhões de investimentos da gestão Serra, a preços deste ano, tenderiam a zero já ali em 2026, não fossem os ganhos extraordinários de receitas obtidos mais recentemente, que empurraram o problema temporariamente para a frente.

E no caso da Prefeitura de São Paulo, onde estão disponíveis novos estudos atuariais que consolidam um período de 70 anos? Os resultados, aqui, impressionam bastante. Primeiro, porque, a preços de 2019, os investimentos deste ente tinham aumentado sistematicamente entre 1998 e 2014, passando de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 5,6 bilhões anuais, implicando um crescimento médio real de 5,7% ao ano, ante os menos expressivos 3,1% observados no caso do nosso PIB. Dali até 2017, houve queda real total de

60,7%, com os investimentos retornando, em termos reais, praticamente ao mesmo valor observado em 1998.

De 2017 em diante, contudo, tem-se o agravamento do problema previdenciário, e se abriram dois caminhos possíveis para a Prefeitura de São Paulo. Se a prefeitura não tivesse aprovado qualquer reforma desse sistema, e sem receitas novas, os cálculos mostram que seus investimentos teriam de cair do pico de R\$ 9,1 bilhões, observado em 2022, para apenas cerca de R\$ 2 bilhões na primeira metade dos anos 2040.

Contudo, com base nas reformas já aprovadas e em fase de implantação, os investimentos paulistanos poderão se situar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões em todo o período considerado nos cálculos atuariais — ou seja, entre 2026 e 2097, algo realmente surpreendente. É por isso que o importante esforço de reforma da previdência conduzido por Ricardo

Nunes, em São Paulo, deve ter sequência nos próximos anos, para viabilizar o plano de investimentos que já pode começar a pôr em prática.

Aprovadas soluções tipo arcabouço fiscal, na forma como este apareceu na mídia, estar-se-á criando espaço para investimentos públicos nos níveis que o Brasil precisa? Dificilmente. A proposta prevê que o gasto se situe em 70% da arrecadação (seja ela qual for) e obedeça simultaneamente ao limite de crescimento médio de 2,5% ao ano. Imaginando que a arrecadação possa subir à vontade (como sempre tende a acontecer por aqui), provavelmente a taxa de 2,5% será o limitador relevante. Ainda assim, mesmo com uma maior flexibilidade do lado dos gastos, se os gastos obrigatórios (tipo previdência, pessoal, saúde, educação etc.) crescerem às altas taxas dos últimos tempos, dificilmente haverá espaço para expandir os gastos do impor-

tante segmento de infraestrutura às taxas que se impõem.

Plano defensável

Nesse contexto, mais importante do que deixar o gasto com os investimentos fora do controle é ter um plano efetivamente defensável para eles. Se ele for realmente defensável (por exemplo, com altas taxas de retorno social e/ou volume coerente com a correta meta de crescimento do PIB), sua subordinação a algum tipo de teto não será tão relevante assim.

A saída mais eficaz é a que venho pregando há algum tempo. Trata-se de abrir espaço orçamentário relevante e firme, conforme os casos explicados anteriormente. Dado que, hoje em dia, com base em números observados em 2021, o principal gasto obrigatório, Previdência, representa 51% do gasto total da União, e o dispêndio com a principal prioridade do governo, Assistência Social, 16,4%, totali-

zando, apenas esses dois itens, 68,2% do total (quando, em 1987, um ano antes da atual Constituição, esses números eram, respectivamente, de 19,32 e 9,1%, fazendo 28,3% do total). A saída, então, é uma só: trata-se de equacionar ou zerar o déficit atuarial ou previdenciário dos regimes próprios, missão essa, aliás, cuja obrigatoriedade foi colocada em 2019 na própria Constituição (Cf. § 1º. do Artigo 9º. da EC 103/19), mas pouquíssimos entes têm se dedicado a enfrentá-la.

Para concluir, um exemplo altamente relevante de quem está fazendo o dever de casa é o da Prefeitura de São Paulo, cujo equacionamento previdenciário é um dos mais avançados do país. Só assim será possível abrir espaço financeiro nos orçamentos para promover a recuperação dos combatidos investimentos públicos. Ou, de resto, para destinar parte da sobra ao resgate de parcela da dívida pública, ainda que apenas potencialmente.